

## ***Fragmentação e gestão do território no sudoeste potiguar: Portalegre-RN como fomento de poder para grupos locais***

**Resumo:** O trabalho se apresenta como um estudo sobre a fragmentação e gestão do território, tendo como recorte espaço-temporal o sudoeste do Estado do Rio Grande do Norte, mais especificamente, o município de Portalegre-RN, o qual foi desmembrado, sobretudo em meados do século passado, dando origem a vários novos municípios. As discussões apresentadas neste trabalho têm o território, espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder, como principal categoria de análise. A busca exacerbada pela manutenção e ampliação do poder dos grupos locais, juntamente com a fragilidade na legislação vigente na época, contribuiu para acelerar o processo de fragmentação do território.

**Josué Alencar Bezerra\***  
**Francisco Andearlison do Monte de Góis\*\***

\*Professor do Departamento de Geografia/CAMEAM e Líder do Núcleo de Estudos em Geografia Agrária e Regional da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

\*\*Geógrafo pela UERN e Especialista em Geografia do Semi-árido e Meio Ambiente pelo IFRN. Professor de Geografia do município de Viçosa-RN

## ***Fragmentation and management of territory in the southwest potiguar: Portalegre-RN as promotion of power to local groups***

**Abstract:** The work presented is a study of fragmentation and territory management, which has the analysis area southwest of Rio Grande do Norte, but specifically the city of Portalegre-RN, which was divided, especially in the middle of last century, giving rise to several new cities. The discussions presented in this paper have the territory, defined and limited by space and power relations embedded as the main category of analysis. The search exacerbated by maintaining and expanding the power of local groups, along with the weakness in the legislation, encouraged to accelerate the process of fragmentation of the territory.

**Palavras-chave:** Território; Poder; Fragmentação; Portalegre.

**Key-words:** Territory; Power; Fragmentation; Portalegre.

## **Introdução**

O presente trabalho ressalta a importância de se estudar as dinâmicas territoriais dos municípios que fazem parte da nossa realidade regional. Através da análise crítica da Geografia Política e do conceito de território na perspectiva das relações de poder, abordamos como objeto de estudo o município de Portalegre - RN, localizado na Microrregião de Pau dos Ferros, da Mesorregião do Oeste Potiguar (IBGE, 2011), e sua fragmentação territorial na década de 1960, período em que surgiram vários novos municípios no Rio Grande do Norte, tais como: Francisco Dantas, Riacho da Cruz, Rodolfo Fernandes, São Francisco do Oeste e Viçosa, estes desmembrados de Portalegre.

Percebemos que, nos anos de 1962 e 1963, houve uma intensificação no processo de fragmentação territorial, transformando acentuadamente a configuração espacial do município de Portalegre e, conseqüentemente, do Rio Grande do Norte (FEMUR, 2010). Dessa forma, pretendia-se fortalecer as classes políticas municipais e estaduais em busca de apoio político e da perpetuação no poder. Em contato com alianças de nível nacional, o então governador Aluizio Alves mantinha entrelaçamentos políticos com o governo do presidente João Goulart que, em nível internacional, mantinha relações com os Estados Unidos, através da aliança para o progresso do Rio Grande do Norte. Mas, a nível local, sua aliança era com as oligarquias regionais que ele mesmo (re)produziu através dos processos de fragmentação ocorridos dentro do estado, transformando as comunidades rurais dos municípios em centros urbanos diretamente ligados ao Governo do Estado e, conseqüentemente, ao Governo Federal.

Nesse sentido, buscamos a compreensão desse processo, tendo como fonte investigativa autores que norteiam a compreensão desses desmembramentos, bem como possibilitam o entendimento acerca das categorias de análise basilares para este estudo, tais como: Andrade (1981), Haesbaert (2002), Souza (1995), Gomes (1997), Mariz e Suassuna (2005), Leal (1975) e Saquet (2007), como também a consulta aos registros históricos dos municípios envolvidos nessas fragmentações que estão disponíveis no banco de dados do IDEMA (2010), IBGE (2011) e FEMUR (2010), bem como do Relatório das atividades de pesquisa do projeto Sobre Vilas e Povos: Formação da Vila de Portalegre (BEZERRA; DIAS, 2007).

Para a realização deste trabalho, foi realizada uma ampla pesquisa de campo caracterizada basicamente por entrevistas aos moradores mais antigos dos municípios de Portalegre, Viçosa, Riacho da Cruz, Rodolfo Fernandes, São Francisco do Oeste e Francisco Dantas, que acompanharam de perto esse processo de desmembramento, sendo que muitos deles fizeram parte do cenário político dos municípios objeto de estudo. Ex-prefeitos, ex-vereadores, líderes partidários e pessoas que acompanharam de perto essa fragmentação do território de Portalegre também foram entrevistados.

Procuramos organizar este trabalho de uma forma sistematizada, sendo que, na segunda seção, abordaremos uma breve reflexão sobre o conceito de território e como este vem sendo tratado na geografia; na terceira seção, discorreremos sobre a produção e a fragmentação do território de Portalegre, as primeiras ocupações e o histórico de desmembramentos ocorridos nessa região, apresentando as verdadeiras intencionalidades dos gestores que regiam esse território; na quarta seção, apresentamos o município de Portalegre e a perda de território e de autonomia política, ocasionada por essas fragmentações e os conseqüentes prejuízos trazidos por estas perdas e, por último, traremos as considerações finais.

## ***O território através das relações de poder: breves discussões***

A Geografia tem buscado desde a sistematização deste conceito, com o alemão Friedrich Ratzel, no século XIX, até a atualidade, aprofundar a discussão sobre as diferentes análises do território. Entretanto, Saquet (2007) coloca que, no século XV, a ideia de território já era debatida quando da dominação de uma área de cidades-estados medievais. Porém, foi com Ratzel, quando da tentativa de “[...] avançar na abordagem do homem (povo) ligado ao solo/ambiente, sinalizando para além da geopolítica através de elementos da cultura (religião) e da economia (comércio)” (SAQUET, 2007, p. 31), que o território passou a ganhar importância e a ser entendido como substrato para efetivação da vida humana, porém, sinônimo de solo que estava sob o domínio do Estado.

Embora os estudiosos do pensamento geográfico (MOREIRA, 2008, 2009, 2010) digam que, naquele momento, final do século XIX, o território não desempenhava um papel importante nos estudos geográficos, mas sim a paisagem e a região, sobretudo no período tradicional da geografia brasileira, esta categoria de análise ganhou conotação importante na ciência geográfica no decorrer do século passado.

Observamos na maioria dos trabalhos produzidos que, atualmente, os geógrafos latino-americanos vêm trabalhando com os conceitos de território e espaço, diferentemente dos anglo-saxões que utilizam demasiadamente o lugar nos seus trabalhos. Entretanto, é importante frisar o que Haesbaert (2010) coloca como a constituição de uma constelação de conceitos em que se insere o território, sendo este um dos seus principais “satélites”.

O território como uma das categorias de análise da Geografia se diferencia das demais tipologias conceituais por privilegiar as atividades de dominação e/ou influência de indivíduos num determinado espaço. Já dizia Souza (1995) que compreendemos o território como um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder, o que o próprio Raffestin (1993) coloca anteriormente em seu clássico “Por uma Geografia do Poder”.

É neste tocante que embasamos nosso trabalho, com o território atrelado diretamente ao poder político e suas hierarquias, pois, podemos identificar a grande massa populacional dando poderes aos seus representantes. Reforçando o que relata Arendt (1985, p. 24 apud SOUZA, 1995, p. 80, grifo do autor) quando afirma que:

O poder corresponde à habilidade humana de não apenas agir em unísono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está “no poder” estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo, de onde originara-se o poder desaparece, “o seu poder” também desaparece.

Diante dessa abordagem, não podemos negar a relação que existe entre o poder e o território, pois ambos estão intrinsecamente ligados, e são dentro desse processo de fragmentação de Portalegre, o locus da discussão, reconhecendo que os limites das fronteiras tornaram-se mutáveis para atender o interesse dos políticos, pois existia toda uma intencionalidade de manter a oligarquia estadual, através de acordos firmados com as oligarquias locais, na tentativa de manter o grupo político coeso e à frente do poder político estadual. Percebemos como resultado desses desmembramentos a apropriação temporária do

poder nos territórios envolvidos, por parte dos líderes políticos que tiveram participação ativa nesse processo.

O poder político aqui definido pelas suas ações produz transformações nos territórios existentes, e nos que se formam toda vez que existem diferentes interesses no território em que os mesmos não alcançam um grau de negociação, ocorrendo a busca pela criação de novos municípios na disputa pelo poder, onde os grupos mais coesos tendem a se sobressair sobre os mais fracos.

Buscamos compreender o processo de fragmentação territorial de Portalegre, através da análise do que entendemos por território, pois, nos parece que a Geografia brasileira, pelo menos a maioria dos geógrafos, ainda não percebeu a importância de se estudar os processos de transformação espacial ocorridos em seu território, buscando através de métodos descritivos e teorias simplificadoras a explicação para tais fenômenos.

Sendo assim, entendemos que os territórios são construídos, transformados e, em determinados casos, (des)construídos (fragmentados) nas mais diferentes escalas, podendo assumir um caráter provisório ou permanente, os quais devem ser vistos como elementos fundamentais na propagação da ideia de controle, domínio e apropriação de determinados espaços (RAFFESTIN, 1993). A definição vem através da tentativa de um indivíduo, ou grupo, influenciar e controlar tudo e todos que estiverem dentro dessa área de influência, caracterizando-se por ser uma construção puramente humana e social.

A criação de novos municípios tem sido uma invenção política do mundo moderno, para legitimar a expansão do poderio político e econômico de pessoas e grupos sociais, contribuindo, assim, para um desequilíbrio social nos espaços fragmentados, bem como nos territórios estabelecidos. A esse respeito, Haesbaert (2002, p. 121) diz que:

[...] simplificadamente podemos dizer que, enquanto a dominação do espaço por um grupo ou classe traz como consequência um fortalecimento das desigualdades sociais, a apropriação e construção de identidades territoriais resultam num fortalecimento das diferenças entre os grupos, o que, por sua vez, pode desencadear tanto uma segregação maior quanto um diálogo mais fecundo e enriquecedor.

Por esse motivo, percebemos que, no processo de fragmentação por nós estudado, houve o fortalecimento de alguns grupos locais e um conseqüente enfraquecimento da participação popular no diz respeito às questões sociais dos territórios criados, constatando-se que “[...] o território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço [...]” (HAESBAERT, 2002, p. 121).

Nesse sentido, é necessário, portanto, “[...] encarar o território e, conseqüentemente, a territorialidade como categoria temporária, de vez que no espaço e no tempo nada é permanente, tudo se acha em constante transformação” (ANDRADE, 1994, p. 220).

Torna-se importante entendermos a produção teórica sobre este conceito da geografia, atentando para uma leitura das disputas e processos conflitantes nos quais os territórios estão inseridos (FERNANDES, 2009).

Diante do estudo do nosso objeto, percebemos que o território surge como o alicerce para a realização das práticas de pertencimento, impedindo a instalação plena do processo democrático nos municípios. E o debate sobre o município no Brasil é oportuno e necessário, uma vez que ele é um território político por excelência que constitui um distrito eleitoral formal (vereadores e prefeito) e informal para todas as outras eleições, e é no município que exercemos nossos direitos e deveres de cidadania (CASTRO, 2009).

De acordo com esse ponto de vista, fica evidente que o território é peça fundamental no processo histórico, uma vez que as práticas políticas e as relações de poder são exercidas de forma mais evidente, pois é no território “[...] que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência” (SANTOS, 1999, p. 07).

### ***Produção e fragmentação do território de Portalegre***

Com o descobrimento do Brasil no século XVI, o território brasileiro começou a ser ocupado em virtude da expansão realizada pela coroa lusitana no atlântico em busca do seu fortalecimento comercial, aproveitando a sua posição geográfica e o desenvolvimento que possuía na área da navegação, como fatores preponderantes nessa corrida expansionista de interesse puramente econômico. Foi nesse contexto de exploração que os portugueses estimularam os donatários das capitanias hereditárias a iniciar o povoamento dos lotes recebidos, a começar pela costa brasileira e, em seguida, pelo interior adentro.

Com o intuito de efetivar e consolidar o domínio português, foram estabelecidas novas diretrizes de ocupação, direcionando agora suas atenções para o norte, como o Rio Grande do Norte, transformando povoados indígenas em vilas, pois a nova colônia agora descoberta passaria a ser habitada não somente pelos índios, mas também por portugueses interessados em extrair riquezas, como afirmam Mariz e Suassuna (2005, p. 109), quando colocam que:

[...] começaram a chegar na capitania elementos diferentes vindo do reino ou das ilhas à procura de riquezas, oficiais que se retiravam do serviço, negociantes e colonos de Pernambuco e sobretudo criadores de gado atraídos pelas excelentes pastagens existentes na região, que passaram a compor a nova sociedade, elevando a sua cultura e o seu nível moral. Nesse sentido, é válido observar o considerável aumento da população, que vinha se fixando nos vales frescos dos rios do agreste, e efetivamente iniciava o povoamento dos sertões.

Podemos dizer que, embora o Rio Grande do Norte tenha iniciado o seu processo de exploração territorial no século XVI, somente dois séculos depois acontece uma divisão político-administrativa, sugerindo um lento processo de ocupação no território estadual.

As primeiras unidades administrativas (Mapa 01) criadas no Rio Grande do Norte foram:

- \* Vila Nova de Extremoz do Norte - 1760;
- \* Vila Nova de Arez - 1760;
- \* Vila de Portalegre - 1761;
- \* Vila de São José do Rio Grande (atualmente São José de Mipibú) - 1762;
- \* Vila Flor - 1769;
- \* Vila do Príncipe (atualmente Caicó) - 1788;
- \* Vila Nova da Princesa (atualmente Assú) - 1788.



**Mapa 01-** Mapa das primeiras vilas fundadas no Rio Grande do Norte, em 1760

Fonte: Adaptado de Cascudo (1968).

Cartografia: Josué Alencar Bezerra, jul. 2011.

Nota: Natal já nasceu cidade em 1599.

Localizado no extremo oeste, o território de Portalegre começou a ser ocupado no final do século XVII, através do avanço de currais de gado que se estendiam até a várzea do rio Apodi/Mossoró, processo de ocupação territorial que estava acontecendo em todo o Nordeste, pois a pecuária havia tomado grandes proporções nessa época, como afirma Andrade (1981, p. 33), quando diz que:

A penetração para o interior foi feita a partir dos núcleos coloniais próximos à costa - Pernambuco, Bahia e São Vicente – visando à redução dos índios e sua escravização e a procura de pastagens para o gado no Nordeste [...]. Esta penetração teve motivações variadas: no Nordeste, os entradistas que penetravam para o interior à procura de pastagens para o gado bovino, formaram grandes fazendas e, em um século, se apropriaram praticamente de todo o sertão nordestino [...].

A literatura coloca que o sargento-mor Manoel Nogueira Ferreira, procurando fugir dos conflitos com os índios, subiu a Serra em busca de um local tranquilo onde pudesse estabelecer sua propriedade para criar gado e plantar legumes. Ele fixou estacas de madeira (conhecida como Dormentes) como forma de delimitação territorial para garantir que aquela faixa de terras (Portalegre) fosse sua propriedade.

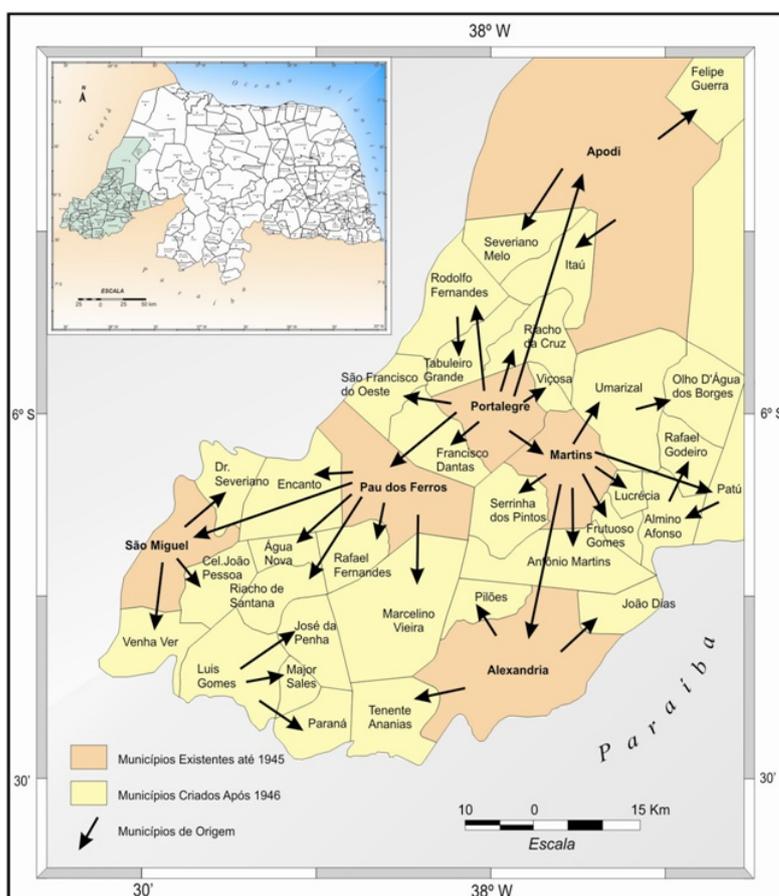
A fundação oficial da Vila de Portalegre aconteceu no dia 8 de dezembro de 1761, em virtude da Carta-Régia de 1755 e do Alvará-regio, concedido no dia 6 de junho de 1755, a povoação de Portalegre foi elevada à categoria de município (BEZERRA e DIAS, 1997).

Inicialmente, o município de Portalegre possuía uma extensão territorial de aproximadamente 5 mil km<sup>2</sup>, correspondendo atualmente a todo Alto Oeste Potiguar. Entretanto, os primeiros territórios foram logo sendo desmembrados de Portalegre: Apodi, que a princípio era considerado Distrito de Portalegre e se destacava pela grande ocupação indígena na ribeira do rio Apodi/Mossoró, em 23 de março de 1835, desmembrou-se de Portalegre conquistando sua

independência; o povoado de Martins destacou-se por se localizar entre os rios Apodi e Umari, e pelo elevado número de fazendas de gado, em 1841, o povoado desligou-se da antiga sede; já o território de Pau dos Ferros foi favorecido por sua estratégica localização geográfica no centro da região, em que a pecuária e a agricultura predominaram (IDEMA, 2010)

A partir da década 1960, esse processo de fragmentação se intensifica em todo o território do Rio Grande do Norte e particularmente na região Oeste do estado, possibilitando uma drástica transformação no território, caracterizada pela criação de vários novos municípios como (Mapa 02): Riacho da Cruz, Rodolfo Fernandes, São Francisco do Oeste, Francisco Dantas e Viçosa, proporcionando uma acentuada redução na área territorial do município de Portalegre, para apenas 110 km<sup>2</sup> (BEZERRA e DIAS, 1997).

O município de Portalegre durante esse período tinha como prefeito o Sr. Antonio do Rêgo Leite, filiado ao Partido Social Democrático (PSD). Comerciante do município e representante de uma grande oligarquia que surgiu na região Oeste do Rio Grande do Norte (Oligarquia Rêgo) e que aproveitara o apoio do governador do estado para expandir seu poder na região.



**Mapa 02-** Mapa do processo de fragmentação territorial no Oeste Potiguar

Fonte: GOMES (1997).

Nota: Cartografia e organização de Josué Alencar Bezerra, jun. 2010.

Essa busca exacerbada pela manutenção e ampliação do poder dos grupos locais contribuiu diretamente para acelerar o processo de fragmentação ocorrido em Portalegre, pois, em cada comunidade emancipada, foram escolhidas pessoas que estavam diretamente ligadas à prefeitura e/ou à classe de maior poder aquisitivo do município, sendo que os primeiros prefeitos dos municípios criados foram indicados pelo governador do estado, que mantinha estreitas relações políticas com o prefeito de Portalegre.

Nesta perspectiva, podemos destacar alguns outros acontecimentos que marcaram esse processo de fragmentação: em 1963, a comunidade de Salamandra foi desmembrada de Portalegre, tornando-se município do Rio Grande do Norte. Quatro anos depois, em 1967, o município mudou de nome para São Francisco do Oeste, em homenagem ao padroeiro (IDEMA, 2010).

No ano de 1942, a localidade de Tesoura (comunidade rural de Portalegre) ainda contava com uma pequena quantidade de casas, quando 21 anos depois deixou de ser povoado para se tornar um novo município potiguar, com o nome de Francisco Dantas. Ao norte de Portalegre, a comunidade de Viçosa obteve sua autonomia política em 1963 (BEZERRA e DIAS, 1997).

No início do século XVIII, quando surgiram as primeiras explorações agrícolas numa área às margens do riacho Forquilha, e por causa de uma cruz fincada na beira do riacho, indicando uma sepultura cristã, surgiu o nome para a localidade de Riacho da Cruz, o qual permanece até hoje. O pequeno povoado desmembrou-se de Portalegre e conquistou sua emancipação política em 1962 (MARIZ e SUASSUNA, 2005).

A história do povoado de São José dos Gatos, atualmente Rodolfo Fernandes, passou, em 1953, em virtude do crescimento econômico e populacional, à categoria de distrito. Após nove anos como distrito, em 1962, desmembrou-se de Portalegre e tornou-se município (GOMES, 1997).

Dessa maneira, podemos perceber que o município de Portalegre, por possuir uma grande extensão territorial, um número elevado de comunidades rurais e uma forte influência dos coronéis da região sobre grande massa popular, foi vítima de um jogo de interesses políticos na busca de instituir no poder local autoridades que tivessem influência sobre a localidade e estivessem diretamente ligados aos poderes estadual e federal.

Diante da realidade apresentada, percebe-se um processo de criação de oligarquias locais diretamente ligadas e dependentes do então governador Aluizio Alves que, estrategicamente, aproveitou a Constituição municipalista para sua perpetuação no cenário político regional e estadual.

Com o fim da 2ª guerra mundial, em 1945, aconteceram várias mudanças políticas e econômicas em todo o mundo, e teve início um processo de redemocratização no Brasil, dentre algumas medidas tomadas pelo governo na época. Destacamos a instalação de uma nova Constituinte, que daria uma atenção especial ao município, não só ao redefinir a sua criação, mas também, analisando as particularidades de cada unidade administrativa local.

Como podemos perceber no Art. 2º da Constituição de 1988:

Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros ou formarem novos Estados, mediante voto das respectivas Assembléias Legislativas, plebiscitos das populações diretamente interessadas e aprovação do Congresso Nacional (BRASIL, 1988, p. 261).

Analisando as fragmentações territoriais e, conseqüentemente, as emancipações políticas municipais, pode-se perceber que “[...] até a década de 1940 tais desmembramentos se davam através de uma simples tomada de decisão do poder executivo”, sem passar pela parte democrática (opinião dos moradores, Poder Legislativo etc.), como afirma Cascudo (1968, p. 141), ou seja, enxergamos, nesse fato, a não participação popular no processo de criação de municípios. Sendo que, após esse período, as emancipações davam-se como ato do poder legislativo estadual e sancionada pelo Governo do Estado, ficando conhecida como a

Constituição Municipalista do Governo Federal, o que possibilitou a criação de vários municípios no Rio Grande do Norte em meados do século passado (Tabela 01):

Períodos	Municípios Criados	%
De 1599 a 1800	05	2,9
De 1801 a 1900	30	17,9
De 1901 a 1945	07	4,2
De 1946 a 1964	108	64,8
De 1965 a 2010	17	10,2
Total	167	100%

**Tabela 01-** Número de municípios criados no Rio Grande do Norte de 1599 a 2010  
Fonte: Gomes (1997), IDEMA (2010).

A legislação vigente no período compreendido entre 1946 a 1964 facilitou o processo emancipatório no Rio Grande do Norte, para atender a uma necessidade norte-americana de criar novos centros urbanos para consumir os produtos industrializados pelos Estados Unidos, sendo que esta Constituição deu autonomia aos estados e municípios para se desmembrarem ou anexarem-se a outros territórios, através de voto ou plebiscito dos povos diretamente interessados, com a aprovação do Congresso Nacional. Conforme está escrito nos Artigos 13 e 14 do Capítulo I da Constituição Estadual do Rio Grande do Norte:

Art. 13. A organização político - administrativa do Estado do Rio Grande do Norte compreende o Estado e seus Municípios, todos autônomos, nos termos da Constituição Federal, desta Constituição e de suas leis orgânicas. Art. 14. A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios devem preservar a continuidade e a unidade histórico - cultural do ambiente urbano, fazem-se por lei estadual, obedecidos os requisitos previstos em lei complementar a esta Constituição, e dependem de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas. (RIO GRANDE DO NORTE, 1989)

Esse período histórico foi marcado pela política de pactos oligárquicos, onde o governador do estado estabelecia acordos diretos com as oligarquias locais. Essa política era marcada pela troca de favores entre o governador do estado e as oligarquias, sendo que o governo se comprometeria no apoio condicional aos candidatos ligados aos fazendeiros (Coronéis), desde que tais candidatos os apoiassem nas eleições estaduais.

Nesta perspectiva, podemos perceber a ascendência dos coronéis envolvidos nesse processo de fragmentação do município de Portalegre, pois a maioria dos prefeitos indicados pelo governador do estado para assumir as prefeituras emancipadas eram grandes fazendeiros da região que exerciam, de modo extra-oficial, grande número das funções do Estado para com seus dependentes (eleitores), como a proteção, o assistencialismo, os empregos etc.

Dessa forma, os donos de terras mantinham estreitas relações com o Governo Estadual, reforçando o que diz Leal (1975, p. 43, grifo do autor), quando afirma que:

[...] E assim nos aparece este aspecto importantíssimo do “coronelismo”, que é o sistema de reciprocidade: de um lado, os chefes municipais e os coronéis, que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro lado, a situação política dominante do Estado, que dispõe

do erpário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder da desgraça.

Isso posto, percebemos que o coronelismo envolvido nessas emancipações era notório, pois alguns dos prefeitos indicados para governar interinamente seus respectivos municípios foram anteriormente oposicionistas na política local portalegrense, ou como candidato a prefeito, ou como vereador da oposição. Dessa maneira, para não perder o apoio desses influentes fazendeiros, o Governo do Estado fragmenta o território do município de Portalegre e os indica a gestores das antigas comunidades rurais de Portalegre, agora considerados novos municípios do Rio Grande do Norte.

Podemos então perceber que o município de Portalegre, por possuir uma grande extensão territorial, um número elevado de comunidades rurais e uma forte influência dos coronéis da região sobre a grande massa popular, foi vítima de um jogo de interesses políticos na busca da produção e reprodução do poder local.

Percebemos que é freqüente a incorporação dos interesses do poder econômico local nos discursos produzidos pelas elites, disseminando uma cultura política entre diferentes segmentos da sociedade que se torna referência para a legitimação do poder político.

Sobre o tema, tomando de empréstimos as palavras de Daniel (1988, p. 30):

As elites locais são porta-vozes de uma primeira modalidade de poder social. Elas consistem em agrupamentos sociais que se representam como portadores da tradição local e do esclarecimento, razão pela qual se percebem como responsáveis pela condução do município e pelo seu futuro. Fruto dessa elaboração é a oposição entre as elites – setor social ativo da história do município – e o povo – a maioria da população – concebida como não esclarecida e integrante passiva da comunidade municipal.

Não sendo diferente do que o autor supracitado coloca, podemos perceber que o Rio Grande do Norte passou por profundas transformações em sua configuração territorial durante o período compreendido entre 1946 e 1964. O Governo do Estado, aliado ao projeto do Governo Militar, instalado em 1964, pretendia fortalecer as classes políticas municipais, estaduais e federais em busca de apoio e de uma perpetuação no sistema político vigente do país. O governador Aluizio Alves era até então um líder populista, eleito governador em 1960, pelo PSD, numa coligação que reuniu o PCB (Partido Comunista Brasileiro), o PS (Partido Socialista) e o PTN (Partido Trabalhista Nacional).

Aluizio Alves mantinha aliança com o governo João Goulart que, a nível internacional, mantinha relações com os Estados Unidos, mas, a nível local, sua aliança era com as oligarquias regionais que ele mesmo produziu e reproduziu através dos processos de fragmentações ocorridos dentro do estado, transformando as zonas rurais dos municípios em territórios diretamente ligados ao Governo do Estado e, conseqüentemente, ao Governo Federal. Percebemos, neste caso, a estratégia política traçada pelo então governador do estado. Haesbaert (2002, p. 14) salienta para tendência em que:

Todo político, inclusive deve ter consciência, hoje, da necessidade de conhecer princípios elementares de geografia política - seja para melhor manobrar seus redutos eleitorais, seja para entender as estratégias mais amplas do jogo (geo)político.

A oligarquia Alves ganhou muito prestígio frente às classes mais ricas no estado por pregar que o desenvolvimento do território norte-rio-grandense se daria através da industrialização. Com esse discurso, ganharam os financiadores das campanhas eleitorais, além disso, utilizaram-se de práticas populistas de cunho assistencialista junto às camadas mais pobres da sociedade para conquistar a confiança dos mesmos e, conseqüentemente, o voto que para eles seria o mais importante. Sendo que esse legado foi passado de geração a geração (50 Anos), como forma de reproduzir o poder da família Alves em todo o Rio Grande do Norte.

### **Portalegre: perda de território e de autonomia política**

Foram alguns os prejuízos sofridos pelo município de Portalegre com o processo de fragmentação territorial caracterizado pela criação de vários municípios. Esse processo foi acompanhado de perto por representantes do poder público e da sociedade civil que, por sua vez, destacaram alguns pontos positivos e negativos desse processo, como, por exemplo, se houve ou não participação popular, quais os principais interessados e de quem partiu a ideia dessas emancipações.

No município de Rodolfo Fernandes, segundo o Sr. Francisco Filgueira Gomes, de 75 anos, ex-vereador do município, no período compreendido entre 1969 – 1972, pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), para a realização do processo de emancipação política, não houve uma consulta prévia e nem plebiscito envolvendo os cidadãos de Portalegre e Rodolfo Fernandes. Reforçando o que Haesbaert (2002, p. 14) diz:

As formas de manipulação do espaço, parece claro, não jogam apenas um papel decisivo para a realização das estratégias político-econômicas dominantes. Elas podem corresponder também à base para a formulação de propostas minoritárias de convivência social e a um referencial indispensável para articulação e/ou preservação de identidades coletivas diferenciadoras.

Em Rodolfo Fernandes, já havia um acirramento político dentro da comunidade, sendo que a maioria dos moradores, liderada por Francisco Germano Filho, apoiava o prefeito de Portalegre, apesar de se sentirem desprezados pela prefeitura que, na época, alegava a falta de recursos financeiros suficientes para atender às necessidades básicas daquela localidade. Tendo em vista o difícil acesso e a localidade, a comunidade era considerada uma das mais promissoras no que diz respeito à economia do município de Portalegre, com o cultivo do feijão e algodão, que eram produtos muito valorizados nesse período.

Segundo o Sr. Francisco F. Gomes, a oportunidade de auto-organização que se deu com a criação de suas próprias leis, a vantagem de se auto-governar, elegendo seus próprios vereadores e um prefeito que acompanhasse de perto os problemas e as conquistas do município e a auto-administração representada pela prestação dos serviços básicos de atendimento de interesse local, foram bastante positivos para a população local com a criação do município, pois, até então, a população da comunidade buscava em Pau dos Ferros os serviços básicos de saúde, educação e segurança que não recebia de Portalegre.

Como ponto negativo dessa “independência” municipal, destacamos a hegemonia política liderada por Francisco Germano Filho, primeiro prefeito eleito de Rodolfo Fernandes e que até hoje possui uma liderança política muito forte nessa localidade (Quadro 01)

<sup>1</sup> Aliança Renovadora Nacional - Partido Político formado pela junção entre PSD e UDN.

<sup>2</sup> Partido da Frente Liberal - Partido que substituiu a extinta ARENA.

<sup>3</sup> Democratas - Antigo PFL.

Períodos	Prefeitos	Partidos
1963 a 1964	João Cândio Vieira (indicado)	PSD
1965 a 1968	Francisco Germano Filho	UDN
1969 a 1972	Antonio Cavalcante Pinto	ARENA <sup>1</sup>
1973 a 1976	Francisco Maia Lucena	ARENA
1977 a 1982	José Negreiros de Oliveira	ARENA
1983 a 1988	Francisco Germano Filho	PFL <sup>2</sup>
1989 a 1992	Francisco Germano da Silveira Neto	PFL
1993 a 1996	Francisco Germano Filho	PFL
1997 a 2000	Francisco Martins Cavalcante	PFL
2001 a 2004	Francisco Germano Filho	PFL
2005 a 2008	Francisco Germano Filho	PFL
2009 a 2012	Maria Bernadete Dantas de Queiroz	DEM <sup>3</sup>

**Quadro 01-** Prefeitos que administraram o município de Rodolfo Fernandes entre 1963 e 2012.

Fonte: IDEMA, (2010).

Nota: O mandato da atual prefeita, Maria Bernadete D. de Queiroz terminará em 2012.

Percebemos que, nesse caso, ocorre a concentração do poder nas mãos de um único político, pois todos os prefeitos eleitos na história do município foram apoiados pelo Sr. Francisco Germano Filho que, quando não candidato, conseguiu eleger todos os seus sucessores na administração pública de Rodolfo Fernandes. Quando uma só pessoa governa, não há emancipação política, e sim, a transferência de gestão de um lugar para uma pessoa que, geralmente, trabalha para atender à massa populacional através de métodos assistencialistas, que deixem a população com sentimento de dívida para com aquele determinado político, que sempre se elegerá ou fará prevalecer a sua vontade nas eleições municipais. Sobre a gestão do território, Gomes (1997, p. 206) coloca que:

A gestão do território deve antes de mais nada, assegurar a eficiência econômica e a eficiência social e, não apenas o controle burocrático. Dessa forma, a gestão democrática do território deve oferecer uma resposta integrada no lugar onde os problemas da sociedade são delineados. Por outro lado, a sua implementação permitirá a construção de uma consciência popular no sentido da construção de um projeto coletivo, através do qual a sociedade civil legalmente representada, possa manifestar os seus interesses visando o bem comum.

Ainda sobre Rodolfo Fernandes, foi relatado que a iniciativa de desmembrar este município não foi uma decisão tomada pela comunidade local, e sim, do prefeito de Portalegre e do governador do estado que, na época, tinha rompido a aliança política com Dinarte Mariz (destacado político do Rio Grande do Norte), e precisava de apoio político no interior do estado para a sua permanência no poder estadual.

Em São Francisco do Oeste, o Sr. Francisco Vieira de Moraes, tabelião daquele município e residente no mesmo desde 1951, relatou que havia uma facilidade muito grande em criar municípios na região. O Sr. Alberto Cavalcante de Castro, grande proprietário de terras e de muito prestígio político, foi escolhido pela população como enfrentante desse desafio, pois o mesmo antes de entrar na política já prestava assistência à população da comunidade local e mantinha laços de amizade com políticos locais e estaduais. A esse respeito, Leal (1975, p. 45, grifo do autor) diz que:

[...] O critério mais lógico, sobretudo por suas conseqüências eleitorais, é dar preferência aos municípios cujos governos estejam nas mãos dos amigos. É, pois, a fraqueza financeira dos municípios um fator que contribui, relativamente, para manter o “coronelismo”, na sua expressão governista.

Por causa dessa busca incessante pela emancipação da comunidade, através da influência política do coronel acima citado e pela estratégia política articulada entre o Sr. Antonio do Rêgo Leite (prefeito de Portalegre) e o governador Aluizio Alves, o Sr. Alberto Cavalcante de Castro foi indicado prefeito interino de São Francisco do Oeste, pois, assumindo esse cargo, o coronel deixaria de ser uma futura ameaça política em Portalegre, e passaria a apoiar em nível estadual o governador do estado que, por sua vez, facilitou a emancipação da sua localidade e o apontou como prefeito interino daquela comunidade. Gomes (1997, p. 98) relata em seu trabalho que:

No caso do Rio Grande do Norte, ficaram evidenciados esses dois aspectos. A emancipação passou a ser um dos mecanismos utilizados, no sentido de fazer prevalecer o poder local de determinados grupos que, em dado momento, se vêem ameaçados. Ao mesmo tempo, contribui para fortalecer o poder dos grupos que atual ao nível do Estado.

O processo ocorrido em São Francisco do Oeste foi, inicialmente, muito positivo para a população, pois Portalegre nunca deu assistência devida à comunidade, oficialmente era a sede do município, mas não na prestação de serviços básicos como ocorria em Rodolfo Fernandes, sendo que todos esses serviços eram ofertados por Pau dos Ferros. Após a emancipação, com a autonomia política local estabelecida, o povo daquela localidade passou a apoiar incondicionalmente os “cabeças” daquele processo. Sendo comprovado esse fato pela alternância no poder local entre duas famílias (Freitas e Barretos). A respeito dessa “autonomia política”, Souza (1995, p. 105 e 106) afirma que:

A autonomia constitui, a base do desenvolvimento, este encarado como processo de auto-instituição da sociedade rumo a mais liberdade e menos desigualdade; um processo, não raro doloroso, mas fértil, de discussão livre e “racional” por parte de cada um dos membros da coletividade acerca do sentido e dos fins do viver em sociedade, [...]. Uma sociedade autônoma é aquela que logra defender e gerir livremente seu território, catalisador de uma identidade cultural e ao mesmo tempo continente de recursos, recursos cuja acessibilidade se dá, potencialmente, de maneira igual para todos.

Autonomia essa também presente no município de Francisco Dantas, a partir do relato da Sr<sup>a</sup>. Francisca Assis Campos Silveira (Dona Dudu), ex-prefeita do município pelo PSD (1969 - 1972) e viúva do primeiro prefeito eleito Sérgio Dantas de Araújo (1965 - 1968), percebemos que, no processo de desmembramento de Francisco Dantas, também não houve participação popular. Entretanto, a comunidade sempre apoiou a situação política em Portalegre, porém, nunca recebeu a devida atenção no que diz respeito aos deveres que a sede tinha que cumprir na comunidade.

O difícil acesso para chegar à sede, a própria distância, a precariedade de equipamentos e recursos humanos e a falta de interesse dos gestores municipais contribuíram diretamente para que os moradores da comunidade buscassem também em Pau dos Ferros os serviços necessários que deveriam ser prestados por Portalegre.

Com a emancipação política de Francisco Dantas, que teve como enfrentante desse processo o Sr. Francisco Dantas Neto, (sobrinho de Sérgio Dantas de Araújo), a situação do

povo daquela comunidade só veio melhorar, pois passou a ter o direito de escolher os representantes políticos da própria comunidade, que acompanhariam de perto os problemas enfrentados pelo povo e a oferta de serviços que não existia anteriormente na localidade.

Como ocorreu nos outros municípios, em Francisco Dantas, surgiu uma oligarquia local (os Dantas) ligada diretamente ao Governo Estadual, pois como afirma Leal (1975, p. 49) “[...]. O maior mal que pode acontecer a um chefe político municipal é ter o Governo do Estado como adversário. [...]”. O Sr. Sérgio Dantas de Araújo exercia o cargo de vice-prefeito em Portalegre, antes de candidatar-se no município recém criado, assim se manteve a regra da época: as oligarquias locais e estaduais estavam bem articuladas no propósito de formar novos centros administrativos e de consumo, como também o fortalecimento político de uma família que tentaria sustentar-se no poder local por muito tempo. “Os Dantas” administraram o município de Francisco Dantas nos períodos compreendidos entre 1964 - 1968, com o Sr. Sérgio Dantas de Araújo; 1969 - 1973, com a Sr<sup>a</sup>. Francisca de Assis Campos; 1973 - 1977, com José Ubirajara de Moraes; 1977 - 1983, com Gessy Dantas de Aquino e de 1983 - 1989, com Antonio Carlos Dantas de Meireles, mantendo ainda hoje uma influência política expressiva dentro do município.

Em Riacho da Cruz, o Sr. Pedro Alves da Rocha, ex-vereador do município pelo PSD, no período compreendido entre 1973 a 1977, também confirmou as características enfrentadas pelo município quando ocorreu a sua criação. A emancipação de Riacho da Cruz não partiu da comunidade, e sim, do Sr. Antonio do Rêgo Leite (prefeito de Portalegre), encabeçado pelo então governador do estado. Para a comunidade de Riacho da Cruz, seu desmembramento territorial foi inicialmente positivo, pois deixou de ser totalmente dependente de Portalegre como era antes. Percebemos as dificuldades enfrentadas pela população daquela comunidade antes de sua emancipação, pois, apesar de estar localizado a apenas 15 Km de Portalegre, a comunidade também era abandonada pela sede, que não mostrava o mínimo interesse em estender os serviços básicos até as comunidades mais carentes do município.

O município de Riacho da Cruz foi privilegiado pela construção do açude público denominado de Riacho da Cruz II, concluído cinco anos antes de sua emancipação. Passou a oferecer, ainda que precariamente, os serviços básicos de saúde, educação, segurança e funcionalismo público que antes não possuía etc. Mas podemos perceber que essa foi uma conquista de direitos sociais indispensáveis para os cidadãos outrora desamparados.

Constatamos também, através da entrevista, que a oligarquia Rêgo sempre teve uma influência política muito forte no município, mesmo antes da sua emancipação, pois em Portalegre havia uma disputa política dentro da própria família Rêgo, que então procurava exercer o assistencialismo ao extremo, para assegurar os votos nas futuras eleições. Ficando comprovado, após o desmembramento, o prestígio político dessa família desde 1983.

No município de Viçosa, o Sr. Jaime Mafaldo de Paiva, ex-prefeito do município no período de 1969 - 1972, pelo partido ARENA, ressaltou que houve uma consulta popular sobre a emancipação de Viçosa, sendo que foi realizado um abaixo assinado para que o município tivesse a sua independência conquistada, e que o Sr. Manoel Forte Sobrinho foi o responsável por tomar a iniciativa dessa manifestação pacífica em busca dos direitos sociais, porque apesar da pequena distância entre Viçosa e sua sede, a dificuldade no atendimento básico deixava a população viçosense “revoltada” com um desejo ardente de libertar-se de Portalegre.

O Sr. Silvestre Gomes Pinto (1º prefeito interino - 1964) tinha um vínculo com a oligarquia dominante de sua sede. Já o Sr. José Suassuna de Alencar (1º prefeito eleito de Viçosa entre 1965 e 1968) era opositor à oligarquia dominante de Portalegre, candidatando-se três vezes ao cargo de prefeito da sede. Ao perceber o prestígio político que o “Coronel” José S. de Alencar

tinha alcançado na região, e que o mesmo representaria uma ameaça à oligarquia Rêgo, o prefeito da sede aproveitou o desenrolar do processo de desmembramento no município, e após mais uma fragmentação do seu território.

Após a emancipação, houve alternância de famílias no poder, o que aparentemente demonstrava ser um município democrático. Do ponto de vista institucional, essa fragmentação representou uma melhoria estrutural para o município, tornando-se autônomo no gerenciamento de seus recursos, nas ações político-administrativas e na produção do bem estar de seus habitantes.

Em Portalegre, segundo o Sr. Agácio de Oliveira Rocha, ex-vereador do município (1969 a 1972 pela UDN), a população não foi consultada sobre essa perda de território que sofreria. Foi uma decisão do prefeito juntamente com o governador, que alegavam que seria melhor para Portalegre, porque sobriariam mais recursos financeiros para a sede, e com a responsabilidade de dar assistência a todos os distritos, o dinheiro seria insuficiente para atender às necessidades básicas da população. Assim, a administração pública do município de Portalegre não estava interessada em atender às necessidades sociais da população portalegrense por completo, e sim, apenas da sede, onde se encontrava a massa do seu eleitorado, tornando-se, dessa forma, mais interessante, na visão do gestor municipal, abrir mão desses territórios como forma de manter-se à frente do poder municipal sem futuras ameaças políticas, usando o poder que lhe foi auferido para administrar em função dele mesmo, de sua família e do seu partido político, e não do povo. Como podemos perceber, após a fragmentação do território na década de 1960, o município de Portalegre ficou nas mãos da oligarquia Rêgo e de seu partido político durante sete mandatos consecutivos, perdendo as eleições apenas 34 anos depois para o atual prefeito, como podemos observar no quadro 02.

Períodos	Gestores	Partidos
1962 a 1968	Antonio do Rêgo Leite	PSD
1969 a 1972	Juracir de Albuquerque Nobre	ARENA
1973 a 1976	Francisco Wilson do Rêgo	ARENA
1977 a 1982	Antonio Crisóstomo Cavalcante	ARENA
1983 a 1988	Antonio Nunes do Rêgo	PFL
1989 a 1992	Epídio de Souza Rêgo	PFL
1993 a 1996	Antonio Nunes do Rêgo	PFL
1997 a 2000	Euclides Pereira de Souza	PMDB
2001 a 2004	Manoel de Freitas Neto	PP
2005 a 2008	Euclides Pereira de Souza	PMDB
2009 a 2012	Euclides Pereira de Souza	PMDB

**Quadro 02-** Prefeitos que administraram o município de Portalegre após o processo de fragmentação ocorrido na década de 1960.

Fonte: IDEMA, (2010).

Nota: O mandato do atual prefeito, Euclides Pereira de Souza terminará em 2012.

Com essa atitude, o Sr. Antonio do Rêgo Leite não percebeu que o território do município estava sendo reduzido, e essa perda foi acompanhada pelas potencialidades naturais, econômicas e políticas que essas localidades apresentavam como forma de trazer melhorias para os cidadãos da comunidade. Gomes (1997, p. 151) diz a esse respeito que:

[...] O território não pode ser considerado apenas produto; ele é também condição necessária para a prática social, porque o território é um meio através do qual a sociedade realiza a sua prática social. É no conjunto dessas práticas sociais e manifestações das relações de poder que a gestão do território acontece.

Dessa forma, o prefeito buscava atender à população com práticas assistencialistas, com o intuito de mascarar os fatos que estavam acontecendo, sendo que a oposição não tinha força política para derrubar todo esse prestígio dentro da comunidade. Apoiado pelo governador Aluizio Alves, viu na fragmentação do seu município uma maneira de ajudar na reprodução do poder estadual e afastar o perigo que rondava o seu Governo Municipal, representado pelos líderes políticos que foram diretamente beneficiados com as emancipações ocorridas nessa época, pois, dessa forma, o Sr. Antonio do Rêgo Leite enfrentaria uma oposição sem tanta expressão, porque os adversários que o ameaçavam politicamente já se encontravam exercendo suas funções político-administrativas em suas localidades recém emancipadas.

Essa trajetória, permeada por avanços e recuos, revitaliza, a nosso ver, as tradições de base oligárquica e, aparentemente, revive a idéia do movimento pendular, apontado por Leal (1997), existente no processo político brasileiro, no qual centralização e descentralização, ditadura e democracia ou autonomia e dependência, se fazem presentes.

### **Considerações finais**

O processo de fragmentação do território de Portalegre pode ser entendido numa perspectiva político-administrativa a partir de três aspectos principais. Dessa forma, podemos destacar a dimensão constitucional, tendo as constituições federais e estaduais como elementos fundamentais para a legalização jurídica e institucional desses desmembramentos territoriais, dando suporte para a criação dos novos municípios sem haver questionamentos por parte dos povos que poderiam achar-se prejudicados.

Outra dimensão importante a ser ressaltada é a econômica, pois na medida em que surgem novos municípios, aparecem também novas práticas de consumo, e a cultura, outrora rural, passa a ser urbanizada. Nesse ponto, podemos dizer que os novos territórios emancipados absorvem rapidamente novas ideologias, como também a visão de ter uma nova condição de vida, pelo simples fato de morar numa cidade e não mais numa comunidade rural.

A terceira e mais evidente dimensão que influenciou diretamente no processo de fragmentação, ocorrido no município de Portalegre, no início da década de 1960, foi a política, porque estava relacionada com a produção e reprodução do poder, tendo em vista que o prefeito do município supracitado articulou, juntamente com o governador do estado, todas as fragmentações ocorridas em Portalegre, na tentativa de o então governador, Aluizio Alves, vencer as eleições estaduais e permanecer à frente do Governo do Estado por muitos anos, promovendo não somente a si mesmo, mas também a toda oligarquia Alves que ganhara forte influência a nível estadual e nacional.

Sabemos também que outro elemento muito importante desse fenômeno foi o surgimento e fortalecimento de oligarquias locais, sendo que o prefeito de Portalegre, na época, queria ver-se livre de ameaças políticas locais. Dessa forma, incentivou as emancipações das comunidades rurais onde residiam coronéis que possuíam grande influência política e poderiam ser oposição a

ele e à sua família dentro de Portalegre. Portanto, vemos nos gestores do território o principal interesse dessa fragmentação territorial, não como forma de ajudar e/ou desenvolver o município de Portalegre, mas como forma de tirar proveito de uma situação criada, da qual a população portalegrense foi uma mera espectadora de muitas perdas e prejuízos que só serão notados quando o povo, numa ótica geral, mentalizar uma consciência crítico-reflexiva sobre os acontecimentos ocorridos em cada território.

## **Referências**

ANDRADE, Manoel Correia de. A produção do espaço norte-rio-grandense. UFRN. Ed. Universitária, Natal, 1981.

\_\_\_\_\_. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994.

BEZERRA, P. N.; DIAS, T. A. Relatório das atividades de pesquisa. Projeto: Sobre Vilas e Povos: Formação da Vila de Portalegre. Portalegre: PMP, 2007.

BRASIL, Constituição do. Constituições do Brasil: de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967 e suas alterações. Brasília: Senado Federal, 1988. v. 1.

CASCUDO, Luis da Câmara. Nomes da terra: história, geografia e toponímia do Rio Grande do Norte. Natal: Fundação José Augusto, 1968.

CASTRO, Iná Elias de. Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições. E. 2. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

DANIEL, Celso. Poder local no Brasil urbano. In: Espaço e Debates, Ano VII, nº 24, 1988.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. IN: SAQUET, Marco Aurélio; SPÓSITO, Eliseu Savério. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FEMURN, Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte: Emancipação dos Municípios. Disponível em: [www.femurn.org.br/femurn/municipio/emancipacao.asp?ildMun=100124128](http://www.femurn.org.br/femurn/municipio/emancipacao.asp?ildMun=100124128) Acessado em: 26 de Abril de 2010.

GOMES, Rita de Cássia da Conceição. Fragmentação e Gestão do Território no Rio Grande do Norte. Tese (Doutorado) Universidade Estadual Paulista: Curso de Pós Graduação em Geografia, Rio Claro, 1997.

HAESBAERT, Rogério. Territórios alternativos. EdUFF. São Paulo, CONTEXTO, 2002.

\_\_\_\_\_. Regional-Global: Dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. São Paulo: Bertrand Brasil, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos Demográfico de 1970 a 2010. Disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) Acessado em: 30 Maio 2011.

IDEMA, Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte: Histórico das Cidades Disponível em: <http://www.idema.rn.gov.br/> Acessado em: 10 de Jan. de 2010

LEAL, Vítor Nunes. Coronelismo, Enxada e Voto: O município e o regime representativo no Brasil. 2 Ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975.

MARIZ, Marlene da Silva; SUASSUNA, Luiz Eduardo B. História do Rio Grande do Norte - 2 Ed. Revisada, Natal, 2005.

MOREIRA, Ruy. O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes clássicas originárias. v. 1. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_, O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes da renovação. v. 2. São Paulo: Contexto, 2009.

\_\_\_\_\_, O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes brasileiras. v. 3. São Paulo: Contexto, 2010.

RAFFESTIN, Claudio. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

RIO GRANDE DO NORTE, Constituição Estadual do Estado do. Natal, 1989.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: GEOgraphia. PPGEU-UFF/EGG: Niterói/RJ, 1999.

SAQUET, Marco Aurélio. Abordagens e concepções sobre território. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.) - Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.